

12056/2005/001/2005



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO

Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.349.910/0001-40 \* FONE (033)3723-1187

AV. ANTÔNIO FERREIRA LÚCIO, 343, 1º ANDAR, CENTRO, JACINTO - MG

e-mail: prefeituradejacinto@gmail.com



ILMO. SR. PRESIDENTE DA CAMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPOM

FEAM/MAI  
**RECEBEMOS**  
23/08/11  
*Ramiro*  
ASSINATURA



Processo Administrativo nº 12056/2005/001/2005

Auto de Infração: nº 15126/2005

MUNICIPIO DE JACINTO MG, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.349.910/0001-40, com endereço à Rua Dr. Érico Lemos Leite, nº 455, bairro Centro, Jacinto MG, CEP: 39.930-000, através de seu representante legal, vem perante, V. Ex<sup>a</sup> através de seu procurador (instrumento procuratório colacionado) pelas razões de fato e de direito que se alinham abaixo vem, apresentar, RECURSO à Câmara Normativa e Recursal do COPOM, em razão da decisão que inadmitiu o pedido de reconsideração e aplicou penalidade, nos termos expressos abaixo:

O Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções são indelegáveis (CF, art. 2º).

No caso dos autos Vossa Senhoria, o Termo de Ajustamento de Conduta constantes em fls. 43/48 e que é objeto da aplicação da penalidade que ora se recorre, jamais poderia ter sido assinado por pessoa diversa do Prefeito Municipal de Jacinto, por mais que o mesmo tenha conferido poderes através de procuração (fls. 49) uma vez que o que está sendo discutido no TAC, é matéria de ordem financeira (aplicação de recurso público) sob pena de sanção pecuniária.

Somente para ilustrar tal fato, o TAC constante em fls. 30/35 firmado junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, foi firmado pelo Prefeito Municipal de Jacinto e não por pessoa por ela indicada.

SIGED



0017310315012011

Nesse sentido, o ensinamento de Marianna

*Dr. Maurício Ferreira Carvalho*  
OAB/MG 83.638



Montebello:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO

Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.349.910/0001-40 \* FONE (033)3723-1187

AV. ANTÔNIO FERREIRA LÚCIO, 343, 1º ANDAR, CENTRO, JACINTO - MG

e-mail: [prefeituradejacinto@gmail.com](mailto:prefeituradejacinto@gmail.com)



"É sabido que o Estado Federal apresenta como princípio informador a autonomia das entidades que o compõem, arrimando-se em dois elementos básicos, quais sejam a existência de governo próprio e o exercício de competências exclusivas, indelegáveis, portanto.

Como corolário da forma federativa de Estado, consagrada, inclusive, como cláusula pétrea pela Constituição, seu art. 75 prevê indiretamente a existência de Tribunais de Contas também no âmbito dos Estados, Distrito Federal e, com reservas, no âmbito dos Municípios. (...)

Em face dessas conceituações, tem-se como certo que o fato de a Câmara Municipal de Rio Paranaíba rejeitar o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acerca das contas prestadas pelo Prefeito, não se mostra motivo apto a desconstituir o título executivo, porquanto tal julgamento possui natureza nitidamente política, ao contrário da decisão do Tribunal de Contas, que se caracteriza pela análise técnica e imparcial das contas ou da legalidade dos atos administrativos, tendo por fundamento a vigilância da execução de planos prospectivos de ingresso e gastos na satisfação das necessidades públicas e regulação econômica e social através da atividade financeira, não se submetendo, destarte, a manobras de políticos que se utilizam indevidamente do dinheiro público, através de concessões desarrazoadas, sem respaldo legal, causando enormes prejuízos ao erário (...).

Dessa forma, a Lei Complementar Estadual 33/94, regulamentando a participação e a competência do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dispôs em seu artigo 23, inciso V, que "além de suas atribuições constitucionais", compete-lhe promover a execução dos julgados do Órgão Fiscalizador, adotando as providências necessárias ao seu

*Dr. Maurício Ferreira Carvalho*  
OAB/MG 83.638



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO

Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.349.910/0001-40 \* FONE (033)3723-1187

AV. ANTÔNIO FERREIRA LÚCIO, 343, 1º ANDAR, CENTRO, JACINTO - MG

e-mail: [prefeituradejacinto@gmail.com](mailto:prefeituradejacinto@gmail.com)



cumprimento, não se confundindo mencionado dever com a representação judicial da Fazenda Pública, como alegado pelo embargante-recorrido, afigurando-se, destarte, regular a atuação "in casu" como custos legis, sendo parte legítima para a execução de título executivo decorrente de decisão do Tribunal de Contas de que resultou imputação de débito ao ex-vereador, ora apelado, em observância aos termos da mencionada regra. (...)

Como se vê, a cobrança de multa ou restituição de numerário indevidamente empregado pelo agente público, ou outro que tenha recebido dinheiro público para determinada finalidade condicionada à prestação de contas, dispensa o processo de conhecimento. O procedimento inicia-se com a execução. A defesa, embora garantida, exercer-se-á, nos estreitos limites previstos no processo de execução, por embargo do devedor."

(Curso de Direito Administrativo Positivo, p. 543/544) (destacamos)

Logo, o TAC firmado em fls. 43/48 não possui validade no mundo jurídico uma vez que firmado por pessoa que não possui competência para tanto uma vez que tal competência, como in casu, é indelegável.

Deste modo, argui para todos os efeitos legais quer na **ORDEM ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL**, a nulidade das multas em decorrência do TAC de fls. 43/48, pelo que requer que seja julgado as multas **INSUBSISTENTES**.

Termos em que  
Pede Deferimento.  
Jacinto em 18 de Agosto de 2011



*Dr. Maurício Ferreira Carvalho*  
OAB/MG 83.638

pp. Maurício Ferreira Carvalho  
Insc. OAB/MG 83.638



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO - MG

CNPJ 18.349.910/0001-40 - FONE (FAX) 033 3723-1187  
AV.: ANTÔNIO FERREIRA LÚCIO, 343 - 1º ANDAR, CENTRO, JACINTO MG  
CEP: 39930-000 - E-mail: [prefeituradejacinto@gmail.com](mailto:prefeituradejacinto@gmail.com)

**ADMINISTRAÇÃO 2009 - 2012**

**\*\*\* COMEÇANDO UMA NOVA HISTÓRIA \*\*\***

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

**Município de Jacinto**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.349.910/0001-40, com endereço à Av. Antônio Ferreira Lúcio, bairro Centro, Jacinto MG, CEP: 39.930-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Carlos Dantez Ferraz de Melo, nomeio e constitui meu bastante procurador o **Dr. Maurício Ferreira Carvalho, advogado inscrito na OAB/MG 83.638**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 006.238.166-01, com endereço profissional à Av. Augusto de Lima, nº 1.646, sala 1307, bairro Barro Preto, Belo Horizonte MG, outorgando-lhe(s) amplos gerais e ilimitados poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, para que possa assim realizar todos os atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive: comprar, vender, passar recibos; receber e dar quitação, emitir e assinar notas promissórias, abrir, encerrar e movimentar conta corrente ou poupança, assinar, emitir, descontar e endossar cheques, assinar todos os documentos necessários para requerer benefício, admitir e dispensar empregados, receber mensalmente salário, nomear preposto, pedir gratuidade de justiça, levantar alvará ou depósito judicial, adquirir e retirar documentos perante qualquer órgão ou pessoa jurídica jurídica de direito público interno ou outras entidades governamentais de repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais também junto a particulares ou empresas privadas, recorrer e ingressar em qualquer tribunal com os recursos que entender necessários, substabelecer com ou sem reservas, dando tudo por bom e valioso.

Jacinto, em 18 de Agosto de 2011

**Município de Jacinto**

**Pref. Municipal Carlos Dantez Ferraz de Melo**

Prefeitura Municipal de Jacinto  
Carlos Dantez Ferraz de Melo  
Prefeito Municipal





Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Gabinete



OFÍCIO Nº 613/2011 GAB/SISEMA

Belo Horizonte, 12 de julho

de 2011.

Ref.: Pedido de Reconsideração de penalidade aplicada



Prezados Senhores:

A Unidade Regional Colegiada (URC) do Jequitinhonha, em 13.05.2010, e a FEAM, em 08.09.2010, examinaram o Processo Administrativo Nº 12056/2005/001/2005, ao referente ao Auto de Infração nº 15126/2005, tendo sido decidido:

- pela URC – indeferir o Pedido de Reconsideração da penalidade imposta pela infração gravíssima, mantendo a multa aplicada, mas reduzindo o seu valor de R\$ 10.641,00 para **R\$ 10.001,00** (dez mil e um reais), nos termos do art. 96 do Decreto nº 44.844/2008, conforme parecer jurídico;
- pela FEAM – indeferir o Pedido de Reconsideração da penalidade imposta pela infração leve, mantendo a multa aplicada, mas reduzindo o seu valor de R\$ 403,41 para **R\$ 251,00** (duzentos e cinquenta e um reais), nos termos do art. 96 do Decreto nº 44.844/2008, conforme parecer jurídico;
- cientificar do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município, o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e a FEAM em julho de 2008, com base em parecer técnico;
- notificar o Município a efetuar o pagamento da multa diária de R\$ 300,00, pelo período de 30 dias, perfazendo o total de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), a ser atualizada, conforme parecer jurídico.

O valor da multa diária foi quantificado a partir do término do prazo de 120 (cento e vinte) dias para que o Município comprovasse o cumprimento das obrigações pactuadas no Termo até o prazo de 30 (trinta) dias a contar daquela data, sem prejuízo das demais implicações previstas na Cláusula Terceira do TAC, conforme orientação da Advocacia Geral do Estado.

À  
Prefeitura Municipal de Jacinto  
Rua Doutor Érico Lemos Leite, nº 455 – Centro.  
CEP: 39.930-000 JACINTO/MG  
CNPJ: 18.349.910/0001-40



Rodovia Prefeito Américo Gianetti s/nº - 1º andar  
Edifício Minas / Bairro Serra Verde- 31.630-900 - Belo Horizonte/ MG  
Fone: 31-3915-1217  
E-mail: Renato.almeida@meioambiente.mg.gov.br - Home Page: www.feam.br